



OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DA INFORMAÇÃO COMO AGENTES DE MEDIAÇÃO DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Maria do Socorro Silva da Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA)

socorroivan9@gmail.com

Valdemir Sales Matias Junior

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

valdemir.jr@unesp.br

Dinair Leal da Hora

Universidade Federal do Pará (UFPA)

tucupi@uol.com.br

Fernando Pinhabel Marafão

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

fernando.marafao@unesp.br

Resumo: O ensino remoto emergencial como estratégia político-administrativa para garantir atividade escolar durante o contexto de pandemia pelo covid-19, desafiou gestores, professores e profissionais da informação a adequarem seus trabalhos para novos espaços, tempos e interações que pudessem proporcionar a mediação e possibilitar o acesso democrático à informação para construção de conhecimentos pelos alunos e demais usuários. Esse desafio motivou o seguinte questionamento: como os gestores, professores e profissionais da informação tornaram-se agentes de mediação durante o ensino remoto emergencial? Com o objetivo de apreender as ações formativas desenvolvidas pelos profissionais para implementar a estratégia, adotamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, tendo como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a entrevista semiestruturada como instrumento para coleta de dados, realizada com dois gestores escolares, dois professores e um profissional da informação. Os conteúdos foram analisados em confronto com o referencial teórico que fundamenta este trabalho como as contribuições de Silva e Almeida Júnior (2018), Saviani (2015), Oliveira e Pereira Júnior (2020), entre outros. Os resultados indicaram que o ensino remoto emergencial impulsionou investimento pessoal, profissional e financeiro a partir da aquisição de equipamentos, serviços, tempos e espaços para adequação das práticas pedagógicas e fortalecimento do sentido atribuído ao trabalho como agentes de mediação da informação. Consideramos o debate atual e importante porque trata de experiências de um novo fazer que aproximou as fronteiras entre a educação e a ciência da informação em direção à um estreitamento interdisciplinar entre essas áreas de conhecimento.

Palavras-Chave: Ensino Remoto Emergencial; Mediação da Informação; Educação; Ciência da Informação.

EDUCATION AND INFORMATION PROFESSIONALS AS MEDIATION AGENTS DURING EMERGENCY REMOTE TEACHING

Abstract: Emergency remote teaching as a political-administrative strategy to ensure school activity during the context of the Covid-19 pandemic challenged managers, teachers and information professionals to adapt their work to new spaces, times and interactions that could provide mediation and enable the democratic access to information for knowledge construction by students and other users. This challenge motivated the following question: how did managers, teachers and information professionals become mediation agents during emergency remote teaching? With the objective of understanding the training actions developed by professionals to implement the strategy, we adopted a qualitative research approach, case study type, having the semi-structured interview as an instrument for data collection, carried out with two school managers, two teachers and an information professional. The contents were analyzed in face of the theoretical framework that underlies this work, such as the contributions by Silva and Almeida Júnior (2018), Saviani (2015), Oliveira and Pereira Júnior (2020), among others. The results indicated that emergency remote teaching boosted personal, professional and financial investment from the purchase of equipment, services, times and spaces to adapt pedagogical practices and strengthen the meaning attributed to work as mediation of information agents. We consider the current debate relevant as it addresses experiences of a new doing that brought the boundaries between education and information science closer towards an interdisciplinary approach between these areas of knowledge.

Keywords: Emergency Remote Teaching; Mediation of Information; Education; Information Science.

LOS PROFESIONALES DE LA EDUCACIÓN Y LA INFORMACIÓN COMO AGENTES DE MEDIACIÓN DURANTE LA ENSEÑANZA REMOTA DE EMERGENCIA

Resumen: La enseñanza remota de emergencia como estrategia político-administrativa para garantizar la actividad escolar durante el contexto pandémico por la covid-19, desafió a gestores, docentes y profesionales de la información a adaptar su trabajo a nuevos espacios, tiempos e interacciones que pudieran proporcionar la mediación y permitir el acceso democrático a la información para construir conocimientos por parte de los estudiantes y otros usuarios. Este desafío motivó la siguiente pregunta: ¿cómo se convirtieron los gestores, docentes y profesionales de la información en agentes de mediación durante la enseñanza remota de emergencia? Con el objetivo de aprehender las acciones formativas desarrolladas por los profesionales para implementar la estrategia, se adoptó un enfoque de investigación cualitativa, tipo estudio de caso, teniendo como procedimientos metodológicos, la investigación bibliográfica, el análisis de documentos y la entrevista semiestructurada como instrumento de recopilación de datos, realizada con dos directores, dos docentes y un profesional de la información. Los contenidos fueron analizados en comparación con el marco teórico que fundamenta este trabajo como las contribuciones de Silva y Almeida Junior (2018), Saviani (2015), Oliveira y Pereira Junior (2020), entre otros. Los resultados indicaron que la enseñanza remota de emergencia ha impulsado la inversión personal, profesional y financiera a partir de la adquisición de equipos, servicios, tiempos y espacios para la adecuación de las prácticas pedagógicas y el fortalecimiento del sentido atribuido al trabajo como agentes de mediación de la información. Consideramos que el debate es actual e importante porque se trata de experiencias de un nuevo hacer que acercó las fronteras entre la educación y la ciencia de la información hacia un estrechamiento interdisciplinario entre estas áreas del conocimiento.

Palabras clave: Enseñanza remota de emergencia; Mediación de la información; Educación; Ciencia de la Información.

1 INTRODUÇÃO

O ensino remoto emergencial foi uma estratégia político-administrativa para garantir atividade escolar durante o contexto de pandemia pelo covid-19 e desafiou gestores, professores e profissionais da informação a adequarem seus trabalhos para novos espaços, tempos e interações que pudessem proporcionar a mediação e possibilitar o acesso democrático à informação para construção de conhecimentos pelos alunos e demais usuários.

O contexto imprevisto, nunca antes vivenciado pela educação e pela ciência da informação, motivou o seguinte questionamento: como os gestores, professores e profissionais da informação tornaram-se agentes de mediação durante o ensino remoto emergencial?

Essa problemática tornou-se a questão central deste texto e para melhor nortear a sistematização dos achados, construímos as seguintes questões complementares: a) O que dizem as produções acadêmicas sobre o ensino remoto emergencial? Quais as estratégias de gestores, professores e profissionais da informação foram utilizadas para implementar a mediação aos alunos e usuários de uma escola de ensino médio de tempo integral do estado do Pará?

Partindo desses marcos norteadores, foram construídos os seguintes objetivos: a) indicar características apresentadas pelas produções acadêmicas que sustentam este texto sobre o ensino remoto emergencial; apresentar as estratégias de gestores, professores e profissionais da informação para implementar a mediação aos alunos e usuários de uma escola de ensino médio de tempo integral do estado do Pará.

Assim, reunimos produções acadêmicas e documentos oficiais disponíveis em meio eletrônico, através de levantamento no google acadêmico sobre o ensino remoto emergencial, que nos serviram como referencial teórico. À medida que os estudos se aprofundaram, também foi necessário aporte sobre a mediação desenvolvida pelas ciências da informação e da educação, contando com as contribuições de autores como Silva e Almeida Júnior (2018) e Saviani (2015).

Devido a interdisciplinaridade constituir uma das conexões entre as áreas de conhecimento destacadas, necessitamos contar com as produções de Varela e Castro (2008), Couto (2011), Novikoff e Cavalcanti (2017), que nos ajudaram a compreender a relação entre as ciências da informação, da educação e da computação, para que pudessemos analisar essa relação no contexto do ensino remoto emergencial.

Apesar do pressuposto que fundamenta o estudo de caso o “caracterizar pelo contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada” (LÜDKE; ANDRÉ, 2018, p.12), o contexto atípico em que a presente investigação se desenvolveu forçou sua realização de forma adaptada, mas seguiu a abordagem qualitativa e manteve a proposta de estudo de caso, respeitando o necessário isolamento social para preservação da vida e da saúde, que se caracterizou por escolas fechadas, limitações tecnológicas e profissionais empenhados em implementar uma mediação, para a qual tinham pouca ou nenhuma experiência e formação.

A proposta de uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso foi mantida por ser considerada como mais adequada para compreender como os gestores, professores e profissionais da informação tornaram-se agentes de mediação durante o ensino remoto emergencial.

Para Lüdke e André (2018, p. 20), o estudo de caso constitui-se numa unidade dentro de um sistema mais amplo, que trata de materializar numa escola (micro) uma estratégia político-administrativa de abrangência nacional (macro). “O interesse incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações”.

Os dados qualitativos foram produzidos a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas de forma híbrida, sendo uma parte desenvolvida por via remota através de vídeo chamada pelo *WhatsApp* e reunião pelo *google meet* durante o período mais crítico da pandemia e outra parte realizada de forma presencial, depois da vacinação e com as restrições mais brandas. Os sujeitos participantes das entrevistas foram um diretor, um coordenador pedagógico, dois professores (Matemática e Linguagem) e um profissional da informação.

As leituras sobre a temática destacam as dificuldades estruturais para implementação do ensino remoto emergencial, com ênfase em seu caráter político-financeiro-tecnológico-social, encontrando-se lacuna no que se refere à discussão sobre mediação da informação para construção de conhecimentos. Por essa razão, apresentamos na próxima subseção alguns esclarecimentos sobre mediação da informação encontrados nas produções que serviram de referência para elaboração deste texto.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Mediação da informação

A informação como fenômeno que ganhou velocidade e maior abrangência devido às transformações da revolução tecnológica, global e competitiva do modo de produção capitalista, tornou-se cada vez mais dinâmica, com menos fronteiras, produzidas em menos tempo e em maior quantidade. Essas características inauguraram novos tempos, espaços e profissões que foram se adequando “à rapidez e precisão dos processos de busca, disseminação e controle de seu fluxo, demandando a agregação de competências e habilidades individuais para a formação de [novos profissionais]” (SOUZA, 2010, p. 5).

A contribuição de profissionais como o bibliotecário e o arquivista foi de grande importância para a ciência da informação, pois foram os primeiros a se ocuparem do tratamento técnico de conservação, arquivação e organização da informação, tendo suas profissões reconfiguradas pelo avanço científico e tecnológico, que não só impulsionou mudanças em seus perfis como também permitiu a aproximação das fronteiras com diferentes áreas, possibilitando conexões interdisciplinares (VARELA; CASTRO, 2008).

O processo de apropriação da informação e construção do conhecimento conta com o trabalho de registro, produção, análise, comunicação e acesso, desenvolvidos pelos chamados profissionais da informação, destacados e classificados por Le Coadic (1996 apud VARELA; CASTRO, 2008, p. 85) como:

a) especialistas da informação – categoria ampla, inclui pessoas que não trabalham, em geral, no ambiente da biblioteca tradicional [...]. Estão mais voltadas para a análise, comunicação e uso da informação, do que para o armazenamento e a conservação das coleções de documentos e objetos [...]. São denominados como analistas da informação, gerentes da informação, planejadores de sistemas de informação;

b) empresários da informação – grupo constituído por profissionais da informação que criam empresas de fabricação e venda de produtos ou serviços de informação. [...] O produto da informação pode ser um banco de informações especializadas, um programa de computador, publicações (índices, catálogos, etc.);

c) cientistas da informação – é a comunidade científica formada por pesquisadores e docentes que pesquisam e ensinam na área de ciência da informação. Trabalham em universidades, centros de pesquisa ou para grandes empresas que implantaram programas de pesquisa, visando a estudar as propriedades da informação e desenvolver novos sistemas e produtos de informação.

O trabalho desenvolvido pelos profissionais da informação acompanha a própria evolução da sociedade contemporânea, constituindo-se como instrumento indispensável na construção do conhecimento, por isso é associado aos mecanismos de educação. Para Silva e Almeida Júnior (2018), é possível identificar congruências conceituais utilizadas tanto pela área da educação como pela ciência da informação e destaca a mediação como uma dessas possibilidades.

A apropriação da informação para construção de conhecimento é uma das preocupações em comum entre as áreas de educação e ciência da informação, pois as duas voltam-se para contribuir com a formação dos sujeitos e contam com profissionais como bibliotecários, pedagogos e professores para mediar esse desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a mediação da informação passa a ser objeto de estudo de áreas afins, devido considerar que o mais importante do trabalho de estudar, tratar, analisar, controlar, organizar e disseminar, é proporcionar aos sujeitos informações e documentos tanto para o aprimoramento de empreendimentos, serviços e produtos (LOPES, 2004) quanto para análise crítica e formação emancipadora que contribuam para melhorias socioeconômicas, políticas e culturais da humanidade (SAVIANI, 2017).

O conceito de mediação proposto pela teoria vigotskiana, defendido pela ciência da informação e pela educação, propõe a substituição do termo disseminação pelo de mediação devido o primeiro carregar um sentido de passividade do sujeito como apenas receptor de produtos e serviços, já o segundo considera o sujeito como ser participante, atuante, capaz de interagir com a informação que recebe (SILVA; ALMEIDA JÚNIOR, 2018). Essa concepção influencia as práticas de profissionais como bibliotecários, pedagogos e professores, que deixaram de ser considerados apenas “guardadores de livros” e “detentores de conhecimentos” para assumir uma postura como mediadores de informações para a construção de conhecimentos pelos sujeitos.

Para Saviani (2015, p. 34), as formas e conteúdos resultantes da produção da existência (trabalho) são preservados e transmitidos às novas gerações não de forma espontânea, mas “[...] como elementos formalmente construídos e sistematicamente elaborados que exigem [...] processos formais e sistemáticos de aquisição”. É esse fato histórico que orienta a sociedade contemporânea a não pensar educação sem escola e nem escola sem professores, assim como não se pode pensar em construção de conhecimento sem acesso à informação e este, sem os profissionais que se ocupam dele.

A partir dessa evidência, a categoria de mediação torna-se central tanto na pedagogia (ciência da educação) como na ciência da informação, as quais a

compreendem “como uma atividade mediadora no interior da prática onde [tanto] professor e aluno [quanto bibliotecário e usuário], se encontram igualmente inseridos ocupando posições distintas” (SAVIANI, 2015, p. 35).

Silva (2015, p. 93), ao discutir as percepções sobre o conceito de mediação no campo da Ciência da Informação, conclui que este conceito “[...] ainda está em pleno desenvolvimento podendo se constituir como conjunto construtivo de práticas de intervenção e interferências tipificada por elementos técnicos, pedagógicos e institucionais”.

O esforço para argumentar sobre a mediação da informação como conexão interdisciplinar não tem a pretensão de simplesmente transpor aportes teóricos de uma área para outra, nem tampouco propor a multidisciplinaridade das partes pela justaposição que agrega contribuições sem estabelecer real relação entre elas, mas contribuir para a superação da fragmentação de conhecimentos que foram separados em especialidades pela compartimentação de saberes (NOVIKOFF; CAVALCANTI, 2017).

Couto (2011, p. 14) compreende que fora do contexto acadêmico:

[...] o objetivo não é gerar conhecimentos mas resolver problemas práticos, onde as divisões são menos demarcadas, possibilitando a vigência do trabalho conjunto e da troca de conhecimentos [...] e as pessoas não se inquietam com [a participação] de outras áreas para abordar um problema específico.

Essa assertiva contribui para apreender a relação que pode ser estabelecida entre a ciência da informação e a pedagogia, como ciência da educação, para análise do fenômeno ensino remoto emergencial, o qual precisa ser destacado a partir das mudanças ocorridas na sociedade com o uso das tecnologias, que repercutem sobre as estruturas curriculares desde a formação inicial até a formação continuada em serviço dos profissionais das referidas áreas.

2.2 A repercussão das transformações do mundo do trabalho sobre as profissões da informação e da educação

As transformações ocorridas no mundo do trabalho com novas atribuições no desenvolvimento das funções desempenhadas por profissionais da informação e da educação, acompanham as atuais exigências de novos espaços, tempos, conhecimentos e práticas que os definem como gestores, ampliando o campo de atuação, das responsabilidades e da intensificação do trabalho exercido.

Na área da ciência da informação, publicações como de Varela, Castro (2008) e Souza (2010) destacam a ressignificação dos currículos em cursos de graduação e

formação continuada para construção de um novo perfil profissional, que vem se adequando para acompanhar o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social da sociedade contemporânea.

Para Varela e Castro (2008), a ciência da informação está conectada à tecnologia mas não se limita a ela, caracterizando sua atuação com forte dimensão social e humana, que são estruturantes para o entendimento do passado, presente e futuro desta área do conhecimento. Assim, para uma melhor adequação à contemporaneidade, os profissionais adotam cada vez mais o uso de ambientes virtuais para desenvolver o trabalho, sem deixar de refletir criticamente sobre dinâmicas de produção, circulação e apropriação da informação e do conhecimento.

Como destacado anteriormente neste artigo, especialistas, empresários e cientistas, integram o conjunto de profissionais da informação que se responsabilizam pelo registro, produção, análise, comunicação e acesso desse bem social em diferentes tempos, espaços e ocupações que ultrapassam o campo da biblioteca e da escola, ampliando-se para quase todos os ambientes sociais como empresas, universidades e hospitais.

A ampliação do campo de atuação dos profissionais não teria o mesmo alcance sem as tecnologias digitais e seus ambientes virtuais, que segundo Ramos e Rossato (2017), passaram a abranger muitos outros espaços e tempos para além das tradicionais instituições como as bibliotecas, escolas, jornais, etc., para integrar outros e possibilitar o exercício democrático de práticas e formas de comunicação e informação, com aproximação das áreas de conhecimento e do acesso a diversos produtos e serviços.

Essa conjuntura informatizada também inclui todos os profissionais da educação, que assim como na ciência da informação, tiveram suas profissões reconfiguradas e passaram a ser considerados como gestores em vários tempos e espaços, como por exemplo o que ocorreu com as funções de diretor, coordenador pedagógico e professor, que passaram a ser considerados respectivamente como gestor escolar, gestor do Projeto Político Pedagógico (PPP), gestor da sala de aula e do currículo.

Mesmo evitando demarcar as fronteiras entre as áreas de conhecimento, até porque esta tentativa é cada vez menos eficaz e menos importante, defende-se uma abordagem transdisciplinar para tratar das relações estabelecidas entre os diversos campos de saberes (MOSTAFA, 2022).

Segundo Roza (2018), vale destacar que a ciência da informação preocupa-se com o tratamento, a organização e a mediação de informação, tendo em comum com a ciência da computação, a reunião de esforços para tornar o fluxo de informação mais acessível aos seus usuários. Sobre as convergências entre a educação e a ciência da informação, destaca-se que por meio da mediação, as duas preocupam-se com o uso que o sujeito faz da informação para seu próprio desenvolvimento cognitivo, emocional, físico, social, econômico, cultural.

As mudanças no mundo do trabalho de profissionais da informação e da educação ficaram ainda mais evidentes com a necessidade do uso da internet para desenvolver seus trabalhos. Algumas pesquisas sobre o uso de equipamentos e serviços remotos têm destacado as novas habilidades e competências dos gestores das duas áreas de conhecimentos como as contribuições de Roza (2018), Ramos e Rossato (2017).

Para Roza (2018, p. 178), as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) “modificaram [...] a forma como o indivíduo e a sociedade [...] lidam com a informação, abrindo novos horizontes [de] acesso e aquisição de conhecimento”. Essa mudança estreitou a relação entre as ciências da informação, da computação e da educação.

A necessidade de capacitação e atualização proporcionadas pela formação acadêmica ou no próprio trabalho, são requeridas pelas inovações tecnológicas e promovem mudanças nos perfis de diversos profissionais, com novas competências e habilidades técnico-políticas para o desenvolvimento de suas funções, entre as quais destacamos a capacidade de gerir, tratar e refletir sobre o valor cultural, social, econômico e político da informação, com o uso das TICs.

Segundo Silva (2018, p.1) a noção de habilidades e competências tem sido bastante discutida no meio acadêmico por se tratar de conceitos que influenciam a formação de profissionais desde o nível técnico até a pós-graduação. Para a autora, trata-se de um “[...] discurso presente nos textos de políticas curriculares do final da década de 90 [de] abordagem limitada por seu caráter pragmático e a-histórico e que é retomado pela atual proposta curricular da educação básica”.

A principal crítica que se faz à noção de competências e habilidades é em virtude de sua proximidade com a ideia de competição e de competitividade (SILVA; ALMEIDA JÚNIOR, 2018), aspectos que contradizem as finalidades de formação integral do ser humano para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e de direitos garantidos para todos. Para Sobrinho (2015, p. 570):

[...] a produtividade e a competitividade sem tréguas estão contribuindo para a diluição do social e a corrosão das relações humanas. Destituída

de valores do bem comum e dimensionada pela obsessão do aumento da competitividade individual, a técnica se livra da ética e colabora para a extensão da crise geral de sentidos e da crescente anemia da socialização que afeta a sociedade atual.

O recorte expõe problemáticas causadas pelas noções de competências e habilidades atualmente disseminadas nos âmbitos da formação dos profissionais de todas as áreas como os da informação, computação e educação, chamando a atenção para a análise crítica do modo mecânico e imediato que as inovações tecnológicas, organizacionais e informacionais podem assumir, se não houver uma formação menos instrumental e eficientista, que apenas adapta o indivíduo à lógica do mercado para continuidade da exclusão, exploração, em detrimento da emancipação humana.

Martínez-Ávila e Mello (2021), ao discutir o conceito de emancipação humana em diversas teorias críticas (Adorno, Horkheimer, Habermas e Freire), indicam que esse referencial conduz práticas profissionais desenvolvidas pelas ciências da informação e da educação, quando se assume um posicionamento político em favor de libertação do sujeito da opressão, da dominação de classe, que separa ricos e pobres e das consequências dessa divisão que se refletem em variados mecanismos de exclusão.

Quando Silva (2018) chama a noção de competências e habilidades de pragmática e a-histórica, refere-se ao esforço que a influência neoliberal tem empreendido para silenciar as contradições que suas propostas produzem ao incentivar a competição e não a solidariedade, o individualismo e não a participação social, o acúmulo e não a partilha, contribuindo para a construção de uma sociedade cada vez mais desigual, com oportunidades para poucos e exclusão para muitos.

Esses antigos debates voltam ao cenário atual com renovada força para demonstrar que a repercussão das transformações do mundo do trabalho sobre as profissões da informação e da educação continuam em curso e não são lineares, caracterizando-se por avanços e recuos, que ora se mostram mais próximas do ideal de democratização do acesso à informação e à educação, ora se mostram mais distanciados, assumindo contornos que podem aprofundar as desigualdades sociais, por isso a necessidade de convocar todos a fazer resistência contra os retrocessos atuais.

Essas constatações fortalecem a ideia de que direta ou indiretamente, as ciências da informação, computação e educação contribuem para a formação do sujeito, por essa razão, é necessário que essas áreas estabeleçam a reflexão crítica sobre suas produções e práticas a fim de verificar como, para quem e para quem os esforços de mediação da informação têm servido, com o propósito de constatar a qual projeto societário está ajudando a construir: um mais igualitário ou outro mais concorrencial.

Essas indagações acompanham a repercussão ético-política das transformações do mundo do trabalho sobre as profissões da informação e da educação, principalmente quando se verifica aspectos como exclusão, conceito muito discutido pela abordagem crítica dos fenômenos, desnudando suas formas e efeitos sobre a vida das pessoas.

Segundo Ramos e Rossato (2017, p. 1042-1043), um dos desafios para as pessoas em geral na era da internet, incluindo profissionais e usuários da informação e da educação, “é o desenvolvimento de competências cognitivas necessárias para transcender do pensamento superficial e elementar para alcançar o pensamento crítico [...] por meio [da capacidade de]: avaliar, analisar e relacionar”. Essa reflexão se faz necessária no momento atual, em que ainda sofremos as consequências da pandemia causada pelo covid-19, com repercussões sobre todas as áreas, com destaque para a ciência da informação, educação e computação.

2.3 Mediação da informação no contexto de pandemia pela Covid-19

Nos anos 2020 e 2021 a humanidade foi assolada por uma pandemia que ceifou muitas vidas e transformou tantas outras. A repercussão desse fenômeno teve impactos em todos os sistemas de saúde, economia, política, cultura, entre outros. Na área da educação e da informação, a necessidade de isolamento social forçou o fechamento das escolas e bibliotecas com adoção do ensino remoto emergencial, mediado por tecnologias e profissionais que redimensionaram o tempo e o espaço de atuação, deixando as estruturas físicas tradicionais para adaptarem-se ao novo, imprevisto e desafiador como forma de sobrevivência física, social, econômica e profissional.

A suspensão das aulas presenciais no Brasil a partir de março de 2020 foi amparada por normativas federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2020), dando início ao debate sobre a implementação de estratégia para minimizar os prejuízos informacionais e educacionais através do ensino remoto emergencial a partir da:

realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, garantindo ainda os demais dias letivos mínimos anuais/semestrais revistos no decurso; e

ampliação da carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades (BRASIL, 2020).

Apesar da recomendação destacada pelos recortes referirem-se à educação superior e à educação técnico profissionalizante sob responsabilidade federal, estados e municípios seguiram o mesmo caminho, desencadeando várias ações para efetivar o ensino remoto emergencial, sobre o qual as pesquisas indicaram que houveram muito mais investimentos pessoais dos profissionais da educação, da comunicação e das famílias, do que suporte institucional oferecido pelas redes de ensino para a oferta e acesso dessa estratégia político-administrativa-educacional.

Segundo os resultados da pesquisa organizada por Oliveira e Pereira Júnior (2020, p. 729), os professores municipais das regiões Norte e Nordeste foram os mais desfavorecidos pelo apoio institucional das redes de ensino, que não ofereceram nenhum suporte tecnológico e material para o desenvolvimento das atividades não presenciais.

Para os professores da rede estadual das regiões Sul e do Sudeste, a experiência foi um pouco diferente, pois registraram mais assistência institucional das redes de ensino, contando com o fornecimento de materiais impressos, apoio pedagógico, disponibilização de aulas por TV ou rádio, utilização de plataformas ou aplicativos também denominados ambientes virtuais de aprendizagem.

Essa realidade confirma as múltiplas desigualdades brasileiras durante o ensino remoto emergencial destacadas por Lima (2021, p. 21), para a qual as:

Características territoriais, condições de infraestrutura, perfil do alunado e especificidades das diferentes etapas de ensino determinaram situações marcadamente desiguais entre redes de ensino, impactando na maior ou menor oferta de atividades não presenciais aos estudantes, no volume de atividades oferecidas bem como as condições de trabalho e de tempo de dedicação dos professores para desenvolvê-las e implementá-las. As regiões Norte e Nordeste, a Educação Infantil e, em especial, as educadoras negras foram mais fortemente impactadas por essas desigualdades.

Os dados sobre a oferta do ensino remoto emergencial refletiram sobre o acesso a essa estratégia de informação e educação não presencial. Para Martins e Almeida (2020, p. 2017) muitos grupos sociais que não contaram com aparatos tecnológicos e materiais como computadores, impressoras, livros, wi-fi, para dar continuidade aos estudos, “foram forçados a buscar táticas de inclusão na onda do ensino remoto, professores [e profissionais da informação] criaram dispositivos de ensino por conta própria e estudantes se tornaram autodidatas da noite para o dia”.

A conjuntura socioeconômica das famílias brasileiras influenciou fortemente o acesso à informação e educação durante o ensino remoto emergencial, já que 83% dos alunos das redes públicas de ensino do Brasil vivem em famílias que recebem até 1

salário mínimo per capita (LIMA, 2021, p. 37) e não possuem equipamentos e serviços para acessar o ensino remoto emergencial e interagir com a informação e a mediação escolar, configurando a exclusão de uma boa parcela de estudantes e usuários.

Diante de tantos desafios para implementar o ensino remoto emergencial, coube questionar sobre as ações dos profissionais para implementar a mediação da informação e da educação durante o ensino remoto emergencial. Para tanto, recorreremos ao estudo de caso através de entrevistas direcionadas a cinco profissionais (um diretor, um coordenador pedagógico, um professor de matemática, uma professora de linguagem e um profissional da informação) ligados a uma Escola Estadual de Ensino Médio de Tempo Integral do estado do Pará.

A alteração das rotinas profissionais dos entrevistados, ocasionada pelo isolamento social e pela implementação do ensino remoto emergencial, incorporou um conjunto de novos fazeres para conciliar a vida particular dos lares e as atividades da profissão no mesmo tempo e espaço doméstico, de onde os trabalhadores planejavam, executavam e avaliavam conteúdos e métodos para proporcionar aos alunos e usuários, acesso à informação e à educação, fosse ele mediado pela tecnologia ou adaptado para impressão.

Assim, o profissional da informação entrevistado, que presta serviços na biblioteca, desenvolve produtos como e-books e também atua como professor na educação técnica profissionalizante de ensino médio, considerou que a contribuição da ciência da informação para a implementação do ensino remoto se fez na medida em que foram disponibilizadas análises, comunicações, produtos (banco de informações especializadas, programas de computador, publicações como índices e catálogos etc.) e serviços de informação para instrumentalizar os profissionais da educação a também exercerem sua capacidade de mediação da informação, utilizando-a para elaboração de atividades à distância; participação em cursos de formação sobre aprendizagem em ambientes virtuais; busca de tutoriais e dicas na internet; participação em reuniões online de planejamento; entre outras atividades.

O uso dos recursos midiáticos na mediação de informações foi presente durante o ensino remoto emergencial. Segundo Lima (2021, p. 37), constatou-se que o WhatsApp foi o aplicativo mais utilizado pelos professores, indicando que 83% desses profissionais o usaram para comunicar-se com seus pares e alunos.

O uso de celular e do aplicativo WhatsApp para fins de estudo mostrou-se como instrumentos inadequados por vários motivos como: tamanho reduzido da tela, pouca

capacidade de processamento, armazenamento, consumo rápido dos dados móveis e em algumas realidades, havia apenas um aparelho para uso de diversos estudantes na mesma família. Segundo a professora entrevistada:

Um pai de aluno me informou que estava indo à escola buscar atividades impressas para os dois filhos porque estava desempregado, a esposa trabalhando como empregada doméstica em outro município, por isso a renda da família era reduzida e não tinham condições para custear o ensino remoto emergencial. Além disso, só havia um celular para os quatro filhos, como os dois mais novos ainda estavam na educação infantil e no ensino fundamental, priorizava os dados móveis para os dois filhos que estavam no ensino médio. O pai me falou com tristeza, em ter que escolher quais dos filhos ia estudar com o aparelho (Professora de Linguagem).

Em situações como a descrita pelo recorte, os profissionais da informação e da educação procuravam adaptar textos e atividades para serem impressos e entregues aos alunos como forma de mediação da informação para construção de conhecimentos. Sobre essa ação, o professor de matemática considerou que:

Sabemos que não é o mais adequado porque falta a interação professor-aluno, onde podemos conversar, tirar dúvidas, indicar caminhos, mas procuramos ser os mais comunicativos possível para possibilitar a aprendizagem dos alunos à distância. As atividades impressas ou virtuais, adaptadas pelos professores, tanto de sala de aula como dos chamados espaços pedagógicos como biblioteca e laboratório de informática, chegaram aos alunos que residem na área rural do nosso município, onde o sinal de internet é mais difícil e só quando o celular entrava em área, era que conseguíamos comunicação com esses alunos (Professor de Matemática).

A contribuição dos profissionais que concederam as entrevistas propostas por esta investigação, proporcionou a constatação de que antes de pensar em desenvolver as competências e habilidades tão requisitadas pela atual reestruturação curricular da educação básica, com destaque para o ensino médio, os profissionais da educação e da informação sentiram a necessidade de desenvolver suas próprias competências e habilidades.

Para tanto, tiveram que realizar investimentos pessoais de tempo, espaço e financeiro para sustentar e custear o ensino remoto emergencial, devido não terem tido suporte institucional das redes de ensino para tal empreendimento, como se observa no recorte a seguir:

Esta escola estava em processo de reforma física do prédio, por isso os espaços pedagógicos [laboratório de informática, biblioteca, laboratório multidisciplinar, quadra poliesportiva, sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE] estavam desativados quando a pandemia chegou e o ensino remoto [emergencial] começou a ser implementado. [...] Mas todos os profissionais continuavam vinculados porque somos quase todos concursados, com exceção da equipe de serviços gerais. [...]

Devido os espaços pedagógicos estarem desativados, não tínhamos nenhum equipamento tecnológico e nem serviço de internet na escola. Tínhamos a boa vontade dos colegas da biblioteca, dos laboratórios e dos professores que tinham mais afinidade e experiência com a informática, para nos incentivar, ajudar e orientar sobre a aquisição de equipamentos, serviço de internet e habilidades para usá-los (Coordenador Pedagógico).

Alguns profissionais já tinham infraestrutura tecnológica em casa, principalmente os mais novos, que tinham filhos em idade escolar ou eles mesmos eram alunos da pós-graduação, por isso já haviam feito investimento em notebooks, internet, impressora, já tinham um verdadeiro escritório em casa [riso]. Mas a maioria teve que desembolsar um bom dinheiro para adquirir esses recursos e mais ainda, tiveram que passar dias e noites dedicados a aprender usar a tecnologia para trabalhar (Diretor).

Ouçoo muitas conversas durante aquele momento que antecede as reuniões *online* pelo *google meet*, [entre elas] o relato da experiência de trabalhar em casa [riso], apenas os profissionais que moram sozinhos, porque vêm de outros municípios para trabalhar aqui, não reclamaram muito. Mas principalmente as professoras, que também são donas de casa, diziam que a vida estava uma loucura. As babás não estavam indo ajudá-las devido o isolamento social, então tinham que cuidar das crianças e dos que adoeciam pelo covid-19, cozinhar, lavar, varrer, ao mesmo tempo que tinham que aprender sobre o uso das tecnologias para o ensino remoto emergencial, planejar as atividades, gravar vídeos, atender chamadas e mensagens de e-mail, WhatsApp, etc. [...] nem dormiam mais [...] (Profissional da Informação).

Os efeitos desse contexto traduziram-se em muitos desafios para o acesso democrático da informação e construção de conhecimentos, pois além do adoecimento físico e emocional de profissionais, alunos, pais/responsáveis e usuários, também houveram muitas dificuldades para adequarem-se rapidamente às estratégias de oferta de atividades não presenciais. Lima (2021, p. 6), destacou limites como: “dificuldades para avançar no aprendizado em situações não presenciais; sobrecarga e ansiedade dos profissionais, dos estudantes e de suas famílias; riscos de abandono escolar por parcelas representativas de estudantes, da educação infantil ao ensino médio”. Para a autora:

Embora a interrupção das aulas presenciais tenha ocorrido praticamente ao mesmo tempo para todas as modalidades, etapas e redes, as condições para interagir com propostas alternativas de atividades a serem realizadas em casa foi drasticamente desigual, em função de um amplo conjunto de fatores internos ou externos aos sistemas educacionais e iniquidades de distintas naturezas. Assim como, certamente, serão também desiguais suas consequências (LIMA, 2021, p. 19).

O exposto indica que o ensino remoto emergencial impulsionou investimento pessoal, profissional e financeiro a partir da aquisição de equipamentos, serviços, tempos e espaços para adequação das práticas pedagógicas e fortalecimento do sentido

atribuído ao trabalho como agentes de mediação da informação. Por essa razão, consideramos o debate atual e importante porque trata de experiências de um novo fazer que aproximou as fronteiras entre a educação e a ciência da informação em direção à um estreitamento interdisciplinar entre essas áreas de conhecimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da proposta de investigar como os gestores, professores e profissionais da informação tornaram-se agentes de mediação durante o ensino remoto emergencial, com o objetivo de apreender as ações formativas desenvolvidas por esses trabalhadores, que desenvolveram suas atividades aos alunos e usuários de uma Escola de Ensino Médio de Tempo Integral do estado do Pará, constatamos que não se pode analisar um fenômeno como a referida estratégia político-administrativa-educacional fora do amplo contexto em que ela se desenvolveu.

Verificamos que a falta de efetivas ações de ordem político-administrativas dos governos federal, estaduais e municipais brasileiros durante a pandemia e o ensino remoto emergencial, limitou-se em publicar normativas para regulamentar essa estratégia emergencial, sem que as redes de ensino contribuíssem com apoio, de modo que os recursos e orientações chegassem a todos os profissionais da informação e da educação em tempo hábil para que os efeitos de abandono e negligência sentidos por esses trabalhadores fossem minimizados.

A constatação de que a recomendação contida no Parecer nº 9/2020 (BRASIL, 2020) poderia ter sido seguida por estados e municípios, mas não foi, em disponibilizar cursos *on-line* de formação para todos os profissionais da educação e da informação sobre uso de tecnologia para o ensino remoto emergencial. E acrescentamos que, ao nosso ver, poderia ter havido uma política de concessão de créditos para aquisição de equipamentos e serviços tecnológicos, além de incentivo à democratização do serviço de internet para todos os alunos e usuários. Essas ações poderiam ter minimizado as dificuldades enfrentadas mas não foram implementadas, sobrecarregando profissionais, que foram afetados pela intensificação e exploração do trabalho.

Também verificou-se que a mediação da informação implementada por profissionais da informação e da educação ultrapassou os limites instrumentais do uso das TICs, tendo sido permeadas por atitudes humanitárias e de solidariedade tanto no trabalho coletivo (de planejamento, execução e avaliação) quanto nos esforços para

possibilitar o acesso dos alunos e usuários à informação para a construção de conhecimentos, fosse por via remota ou não.

Diante de tais evidências, concluímos que os profissionais da educação e da informação reuniram todos os esforços aos seus alcances para desempenharem seus compromissos como agentes de mediação para construção de conhecimentos pelos sujeitos durante o ensino remoto emergencial e que essa estratégia foi sustentada por investimentos pessoais e financeiros dos próprios profissionais.

As consequências da pandemia e do ensino remoto emergencial ainda estão em curso, pois não sabemos os efeitos dessas experiências sobre os fazeres informacionais e educacionais após as atividades não presenciais, por isso, a temática merece a continuidade através de novas pesquisas e análises que nos ajudem a compreender e melhorar a prática de profissionais da informação e da educação rumo a uma mediação pautada nos valores democráticos de acesso à informação para a construção de conhecimentos por alunos e usuários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parecer nº 9/2020. Trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. D.O.U. de 1/6/2020, Seção 1, P. 32. Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 ago. 2021.

COUTO, Rita Maria de Souza. Fragmentação do conhecimento ou interdisciplinaridade: ainda um dilema contemporâneo? **Revista FAAC**, Bauru, v. 1, n. 1, p. 11-19, abr./set. 2011. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/issue/view/1>. Acesso em: 03 mar. 2020.

LIMA, Ana Lúcia D'Império. Retratos da Educação no Contexto da Pandemia do Coronavírus. Primeiro informe. **Perspectivas em Diálogo**, ago. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nhP9Bdde-uJTgCOAQpXGUb7vQ2UAu2Rc/view>. Acesso em: 08 ago. 2021.

LIMA, Ana Lúcia D'Império. Retratos da Educação no Contexto da Pandemia do Coronavírus: um olhar sobre múltiplas desigualdades. Segundo informe. **Perspectivas em Diálogo**, out. 2021. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2021/02/Retratos-da-Educacao-na-Pandemia-digital-outubro20.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2021.

LOPES, Fábio Leandro Cerícola. **O novo perfil do bibliotecário**. 2004. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Universidade

Federal Fluminense, Niterói, 2004. Disponível em:

<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/novoperfil.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2 ed [reimpr]. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de. Teoria Crítica, Pedagogia Crítica e Competência Crítica em Informação: aproximações teóricas à ciência da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 1 – 23, out./dez. 2021. DOI:

10.5433/1981-8920.2021v26n4p1. Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43693#:~:text=Conclus%C3%A3o%3A%20Conclui%2Dse%20que%20a,que%20recai%20em%20outros%20dom%C3%ADnios%2C>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. Educação em tempos de pandemia no Brasil: saberes fazeres escolares em exposição nas redes. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 215-224, ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.51026>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redoc/article/view/51026>. Acesso em: 04 abr. 2021.

MOSTAFA, Solange Puntel. Ciência da Informação e sua relação com outras áreas. Palestra proferida no Seminário Internacional em Marília, 15 de abril de 2022.

Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto03.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

NOVIKOFF, Cristina; CAVALCANTI, Marcus Alexandre de Pádua. Redes de Saberes: pensamento interdisciplinar. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, v. 2, n. 1, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.24219/rpi.v2i1.129>. Acesso em: 23 abr. 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719-735, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1212>. Acesso em: 05 jan. 2022.

RAMOS, Wilsa Maria; ROSSATO, Maristela. Democratização do acesso ao conhecimento e os desafios da reconfiguração social para estudantes e docentes. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v.11, n.3, p.1034-1048, set./dez. 2017. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.14244/198271991906>. Acesso em: 30 jan. 2020.

ROZA, Rodrigo Hipólito. Ciência da informação, tecnologia e sociedade. **Biblos**, Rio Grande, v. 32, n. 2, p. 177–190, 2018. DOI: 10.14295/biblos.v32i2.7546. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/7546>. Acesso em: 02 dez. 2020.

SAVIANI, Dermeval. O Conceito Dialético de Mediação na Pedagogia Histórico-Crítica em Intermediação com a Psicologia Histórico-Cultural. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 23-43, jun. 2015. DOI:

<https://doi.org/10.9771/gmed.v7i1.12463>. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12463>. Acesso em: 28 out. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], São Paulo, v. 21, n. 3, pp. 653-662, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213000>. Acesso em: 02 dez. 2020.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 93-108, 2015. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v6i1p93-108. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731>. Acesso em: 28 out. 2021.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, e214130, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698214130>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA, Rovilson José da; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação: perspectivas conceituais em Educação e Ciência da Informação. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.71-84, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2772>. Acesso em: 28 out. 2021.

SOBRINHO, José Dias. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. **Avaliação**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 581-601, nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/WNJs7WK6sgvBxDQTPjc5yzf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SOUZA, Josy Soares da Silva Mendes de Moraes de. **O perfil do profissional da informação bibliotecário e o mercado de trabalho**: diretrizes para pesquisa. 2010. 34f. Orientadora: Nysia Oliveira de Sá. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/1217>. Acesso em: 05 jan. 2020.

VARELA, Aida; CASTRO, Maura Iclea. Ciência da informação: atuação profissional e as contribuições para o desenvolvimento do campo científico por parte dos egressos do PPGCI (ICI/UFBA). **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 76-87, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/gv3DcV9pnBsScZqTrLFrmTK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.